

# Processos Não-lineares de Formação de Palavras: Os “Mal-comportados” do Português

Bruno Cavalcanti LIMA<sup>1</sup>  
Hayla THAMI DA SILVA<sup>2</sup>

## Palavras iniciais

A morfologia do português, segundo a tradição gramatical, caracteriza-se, basicamente, pela formação de novos itens lexicais a partir da concatenação de formativos, ou seja, as novas palavras da língua surgem com base no acréscimo de afixos, no caso da derivação, como em ‘fazer’ > ‘desfazer’, ou com o encadeamento de bases ou radicais, como ocorre em ‘plano + alto’ > ‘planalto’.

Cumpra salientar, entretanto, que algumas palavras não são formadas através do acréscimo de peças morfológicas, como se pode verificar em ‘Eduardo’ > ‘Edu’; ‘vagabunda’ > ‘vagaba’; ‘macarrão + maionese’ > ‘macarronese’ e ‘chupeta’ > ‘pepeta’. Nesses exemplos, observamos que não há junção de formativos, mas perda de segmentos a fim de que novos significados sejam veiculados na língua.

Os processos que geram novos vocábulos a partir da perda de segmentos chamam-se não-concatenativos ou não-lineares. Esses processos não são descritos pela gramática tradicional, pois, segundo os prescritivistas, fenômenos não-lineares são “subsidiários” em português (ROCHA LIMA, 2003). Além disso, se recorremos a modelos lineares, a segmentação de palavras em formas mínimas significativas – os chamados

<sup>1</sup> Aluno de doutorado do programa de pós-graduação em Letras Vernáculas, Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); membro do NEMP – Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português e professor efetivo de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Arraial do Cabo.

<sup>2</sup> Aluna de doutorado do programa de pós-graduação em Letras Vernáculas, Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); membro do NEMP – Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português e professora efetiva de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* São Gonçalo.

*itens* – não é capaz de descrever satisfatoriamente morfemes subtrativos, interpretados como *coisas* (JENSEN, 1991), e, portanto, não se contempla a mudança de significado por eles veiculada.

Dessa forma, através de estudos de interface entre a morfologia e a fonologia, conseguimos descrever mais satisfatoriamente fenômenos linguísticos produtivos que, diferentemente dos casos de aglutinação de peças morfológicas, envolvem perda de segmentos fônicos.

Com a finalidade de melhor apresentar a relação entre a morfologia e a fonologia no que concerne aos processos não-concatenativos de formação de palavras do português, dividimos este artigo nas seguintes subseções: em (1), mostramos como se dá a interface entre os níveis morfológico e fonológico da gramática da língua, de modo a constatar que a relação entre esses níveis torna a descrição de fenômenos do português satisfatória no que se refere a processos que envolvem perdas segmentais; em (2), fazemos uma breve descrição de cinco processos não-lineares do português brasileiro; e, por fim, em (3), tecemos algumas considerações finais sobre os chamados processos “mal-comportados” do português (SPENCER, 1991).

## **1. Os processos não-concatenativos de formação de palavras e sua relação com os estudos de interface**

De acordo com a gramática tradicional, a morfologia do português vale-se, basicamente, de processos aglutinativos, isto é, para que novos itens lexicais sejam formados, deve haver acréscimo de afixos, como em ‘feliz’ > ‘felizmente’, ou a junção de bases ou radicais, como em ‘guarda + chuva’ > ‘guarda-chuva’. Entretanto, o que observamos é que não são todas as palavras que se estruturam pelo encadeamento de formativos. Esse é o caso, por exemplo, de dados como ‘português’ > ‘portuga’ e ‘Cristina’ > ‘Cris’. Nesses exemplos, verificamos que valores expressivos são veiculados sem que haja, para tanto, a aglutinação de elementos morfológicos.

Os processos que envolvem a perda de massa fônica de uma palavra chamam-se não-concatenativos ou não-lineares. Esses fenômenos são, para a tradição gramatical, “subsidiários” (ROCHA LIMA, 2003) e, portanto, não há nenhuma descrição ou sistematização para casos como ‘português’ > ‘portuga’ ou ‘Cristina’ > ‘Cris’. Quando há, por parte da Gra-

mática Tradicional, alguma menção a processos de morfologia não-linear, esses são alocados sob o rótulo genérico de “abreviação vocabular” (CUNHA & CINTRA, 2001; BECHARA, 2009).

Além disso, as correntes estruturalistas em geral rechaçam os processos não-lineares, pois esses não se ajustam ao modelo Item-e-Arranjo (JENSEN, 1991). No modelo IA, “*informações morfológicas são devidamente dispostas num molde previamente estabelecido e a tarefa do linguista é dividir exhaustivamente a palavra, encapsulando os formativos*” (GONÇALVES, neste volume). Como, no caso dos morfemas subtrativos, a perda de material fonológico é responsável por atribuir novo sentido à palavra, o IA não confere um tratamento satisfatório aos fenômenos não-lineares, visto que sua unidade mínima significativa são os morfes, enquanto na morfologia não-concatenativa excluem-se sequências fônicas (não necessariamente morfológicas) para que se forme um novo item lexical.

Sendo assim, um processo de formação de palavras considerado linear pode ser analisado através do modelo IA, conforme mostra a formalização em (01), a seguir:

(01)

Item lexical	Modelo Item-e-Arranjo (IA)	
FELIZMENTE (afixação de -mente)	<i>Radical + mente</i>	forma básica
	<i>Feliz + mente</i>	regra morfológica [radical + -mente]
	<i>Felizmente</i>	concatenação
	[ <b>fe.li3.mẽ<sup>n</sup>.tʃi</b> ]	forma fonética (fala carioca)

Como se pode notar, em (01), a palavra ‘felizmente’ é caracterizada por um processo de afixação do sufixo *-mente* e, portanto, trata-se de um fenômeno concatenativo de formação de palavras. O molde geral dessas formações pode ser descrito como [radical<sub>adj</sub> + *-mente*]<sub>adv</sub>. Desse modo, ‘feliz’ é o radical da palavra (um adjetivo) e, a ele, será acrescido o sufixo *-mente*, levando à produção de um advérbio. Poste-

riormente, há a concatenação do radical com o sufixo e, por fim, é gerada a saída fonética.

No entanto, em casos como o de ‘Cris’ para ‘Cristina’, esse modelo de segmentação dos vocábulos em *itens* não é adequado, posto que (a) o molde vale-se de recursos fonológicos para ser descrito e, no IA, a unidade mínima de análise é o morfe; logo, o molde não reconhece sequências fônicas; e, por último, (b) as regras morfológicas que atuam no molde não trazem à tona a alteração de significado que a perda de segmentos acarreta na palavra-base. Nesse sentido, o modelo Item-e-Arranjo não é capaz de dar conta de processos não-lineares e, com isso, fenômenos que não acrescentam peças linguísticas, como o exemplo ‘Cristina’ > ‘Cris’, são interpretados como “mal-comportados” (JENSEN, 1991, p. 74), já que um novo significado é veiculado na língua por meio de perdas fonológicas.

Outro modelo de inflexão estruturalista é o IP – Item-e-Processo. Esse modelo difere do IA basicamente pelos seguintes aspectos: (a) no IP, processos fonológicos são utilizados para a descrição formal dos fenômenos, diferentemente do que ocorre no IA, uma vez que a unidade mínima de análise é o morfe; (b) o IA entende que as palavras se formam estritamente pela combinação de morfemas/itens, já o IP defende que as palavras passam por processos para chegar à forma que têm; e (c) “*o modelo IA analisa os morfemas necessariamente como ‘coisas’, enquanto o IP possibilita que morfemas também sejam considerados regras*” (GONÇALVES, neste volume). Assim, um modelo alternativo como o IP consegue atingir resultados mais contundentes no que se refere aos fenômenos não-concatenativos do português e uma razão para isso é a adoção do que se chama *forma básica* ou *forma teórica*.

No IP, a *forma teórica* caracteriza-se como aquela a partir da qual as demais variantes poderão ser descritas. Um bom exemplo desse fato é apresentado por Gonçalves (*op.cit.*) no que diz respeito ao tratamento da alomorfa no português, mais especificamente do *minus* morfema, como em ‘irmão ~ irmã’ e ‘órfão ~ órfã’. Os dados revelam que a expressão da forma feminina decorre da supressão da semivogal presente no masculino. Nos moldes do IP, a solução para esse fenômeno não-linear está em postular uma *forma teórica* composta por um arquivonema nasal (/iR'maN/ e /'ɔRfãN/), como mostra a formalização, em (02), a seguir:

(02)

Item lexical	Modelo Item-e-Processo (IP)	
irmão ~ irmã (queda da semivogal para expressar feminino)	/iR'maN/	forma básica
	/iR'maN/ + /-a/	regra morfológica
	/iR.'ma.Na/	concatenação e silabificação
	/iR.'mã.a/	regra fonológica (queda de nasal e nasalização vocálica)
	/iR.'mã/	regra fonológica (crase)
	[iɣ.'mẽ]	forma fonética (fala carioca)

Segundo a análise de Gonçalves (*op.cit.*), o caso do *minus* morfema é solucionado se adotada uma *forma básica* com um segmento fonológico subespecificado que, em dados de derivação, emergiria, como em ‘irmã’ ~ ‘irmanar’ e ‘órfã’ ~ ‘orfanato’. Entretanto, quando em fronteira morfológica precedido de {-a}, o arquifonema é suprimido, nasalizando a vogal precedente e acarretando, assim, a crase da vogal da base com a vogal do feminino, conforme mostrado em (02).

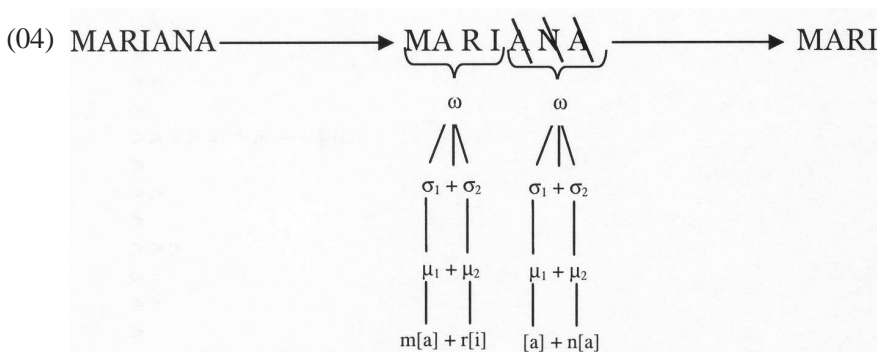
A associação entre morfologia e fonologia começa a se delinear em casos como o apresentado anteriormente. Autores, como Spencer (1991) e Gonçalves (2004, 2005), afirmam que a razão para que os processos não-concatenativos sejam “mal-comportados” reside no fato de não serem analisáveis com base em uma morfologia pura, mas através da interação entre dois níveis linguísticos – o morfológico e o fonológico/prosódico –, posto que a perda de massa fônica de uma palavra traz à tona um novo item lexical. E, exatamente por isso, a visão de que as palavras devem ser fracionadas em morfemas é esvaziada, o que promove a necessidade de acessar constituintes fonológicos para estudar dados de morfologia não-linear.

Dentre os constituintes fonológicos acessados, o que há de mais relevante no que se refere aos aportes da fonologia para os estudos morfológicos é o conceito de hierarquia prosódica, proposto por Nespor & Vogel (1986) e representado na formalização em (03), a seguir:

- (03)
- |          |  |                     |
|----------|--|---------------------|
| $\omega$ |  | (palavra prosódica) |
|          |  |                     |
| $\Sigma$ |  | (pé)                |
|          |  |                     |
| $\sigma$ |  | (sílaba)            |
|          |  |                     |
| $\mu$    |  | (mora)              |

A hierarquia prosódica é uma escala de constituintes relacionados, de maneira que o nível mais baixo forma o imediatamente mais alto. Para a morfologia, os níveis acessados na descrição de processos não-lineares são a mora, a sílaba, o pé e a palavra prosódica. Verifica-se, pois, em (03), que o nível prosódico mais básico é a mora, unidade de peso da sílaba, ou seja, uma sílaba é formada sempre que for composta por pelo menos uma mora. Dessa forma, a camada prosódica mais baixa – a mora – forma aquela que é lhe é superior na hierarquia – a sílaba. Esta, por sua vez, pode agrupar-se em pés, isto é, uma ou mais sílabas, juntas, formam o pé, constituinte prosódico que se encontra no nível intermediário entre sílaba e a palavra prosódica. Por fim, um ou mais pés formam a palavra prosódica, não necessariamente coincidente com a palavra morfológica.

Com base na hierarquia prosódica, casos como o de ‘Cristina’ > ‘Cris’ são descritos de modo sistemático, visto que a interface fonologia-morfologia torna possível a emergência de formas em que não há acréscimo, mas perda de constituintes prosódicos, conforme mostra o exemplo em (04):



Observa-se, em (04), que o antropônimo ‘Mariana’, que constitui palavra prosódica, é formado por dois pés, [mari] + [ana]. O pé [mari] compõe-se de duas sílabas [ma] + [ri]; o mesmo ocorre com o pé [ana], [a] + [na]. Essas sílabas, por sua vez, constituem-se de moras, suas unidades de peso, que são as vogais [a] e [i] no pé [mari] e [a] e [a], em [ana]. Para a formação do encurtamento afetivo ‘Mari’, a palavra prosódica perde a sequência fônica [ana], ou seja, um dos pés que compõem a palavra-base; entretanto, como um pé é preservado, ainda assim tem-se a formação de uma nova palavra prosódica oriunda do nome ‘Mariana’ – [‘ma.~i]. Desse modo, o significado da palavra é modificado, mas não pelo acréscimo de formativos e sim pela perda de um constituinte prosódico, o pé; logo, o novo item lexical ‘Mari’ é, na verdade, a forma afetiva de se dirigir à pessoa denominada ‘Mariana’, atribuindo-lhe, então, valor semântico diferente do veiculado pelo uso do prenome.

Assim, comprova-se que a morfologia pura não é capaz de descrever processos em que não haja encadeamento de formativos. Com isso, pode-se afirmar que a morfologia não-linear não necessariamente opera com a noção de morfema, uma vez que [ana], em ‘Mariana’, não é um morfema na língua, mas sua supressão transmite um significado. Devemos afirmar, então, que operações morfológicas, muitas vezes, ultrapassam os terrenos da própria morfologia e acessam informações fonológicas, acarretando o que chamamos de estudos de interface ou, mais especificamente, interface morfologia-fonologia.

Alguns processos de formação de palavras do português atuam nessa interface. Esses processos, denominados não-concatenativos ou não-lineares, organizam-se em três grandes grupos (GONÇALVES, 2004): (a) processos de afixação não-linear, que, no português, refere-se à reduplicação, como as formas ‘biscoito’ > ‘cocoto’ e ‘mamadeira’ > ‘dedera’ (VIALLI, 2008, 2009); (b) processos de encurtamento ou de morfologia subtrativa, que contemplam a hipocorização, como em ‘Mariana’ > ‘Mari’ e ‘Rafael’ > ‘Rafa’ (GONÇALVES, 2004; LIMA, 2008; THAMI DA SILVA, 2008 e GONÇALVES, LIMA & THAMI DA SILVA, 2009), e o truncamento, como em ‘português’ > ‘portuga’ e ‘refrigerante’ > ‘refri’ (BELCHOR, 2009); e, por último, (c) processos de fusão, que abrangem o cruzamento vocabular, como em ‘macarrão + maionese’ > ‘macarronese’ e ‘café + chá’ > ‘chafé’ (ANDRADE, 2008, 2009), e a siglagem, como em ‘CUT’ > [‘ku.tʃi’] e ‘PT’ > [pe.’te] (LIMA, em preparação), conforme se detalha na seção a seguir.

## 2. Os processos não-concatenativos do português

Como vimos na seção anterior, processos não-lineares são ditos “mal-comportados” por não se ajustarem ao modelo Item-e-Arranjo, responsável pela segmentação dos vocábulos em morfemas. Vários morfólogos atribuem o rótulo “imprevisível” (SANDMANN, 1990) ou “marginal” (ALVES, 1990) aos fenômenos que envolvem a perda de material fonológico da palavra-base. A razão para isso advém do fato de esses autores não recorrerem à fonologia para analisar fenômenos como a reduplicação, a hipocorização, o truncamento, o cruzamento vocabular e siglagem. Dessa forma, nesta seção, visamos a descrever cada um desses processos, corroborando a ideia de que, através da interação entre os níveis morfológico e fonológico, dados tidos como “não-suscetíveis de formalização” (LAROCA, 1994) são bem descritos e regulares do ponto de vista formal.

### 2.1. Afixação não-linear – o fenômeno da reduplicação

A reduplicação é conhecida como um processo não-concatenativo de formação de palavras, através do qual uma espécie de afixo é produzida por meio da cópia de material fonológico da base. O fenômeno é geralmente empregado na expressão de conceitos como distribuição, repetição, pluralidade, continuidade, atividade recorrente, acréscimo de tamanho e maior intensidade (SAPIR, 1943). Vialli (2009) postula que o fenômeno da reduplicação deve ser analisado como misto, pois, a partir da cópia de material fônico da base, constatamos seu *status* não-concatenativo e, na afixação do reduplicante, verificamos traços do modelo aglutinativo.

A reduplicação, em português, é tratada pela literatura prescritivista (ROCHA LIMA, 2003; BECHARA, 2009; CUNHA & CINTRA, 2001) de maneira pouco adequada, sendo confundida, muitas vezes, com processos como a composição. Na gramática de Rocha Lima, não se encontra nenhuma abordagem específica para o fenômeno; entretanto, a palavra ‘corre-corre’ aparece como resultado de composição. Evanildo Bechara trata do processo da reduplicação; todavia, afirma ser este responsável pela formação das onomatopeias. Bechara (2009) também alega que o vocábulo ‘corre-corre’ constitui caso de composição. Tal como ocorre na gramática de Rocha Lima (2003), a gramática de Celso Cunha & Lindley Cintra (2001) não trata da reduplicação e afirma que ‘corre-corre’ é produto, mais uma vez, de um processo de composição. Sendo assim, é fundamental que restri-



ções devam ser estabelecidas a fim de que a reduplicação seja definida de maneira mais precisa, para que não haja confusão com outros processos.

Vialli (2008), a fim de elaborar uma definição para a reduplicação como processo formador de palavras, estabelece três critérios:

- (a) é necessário o reconhecimento de uma base a partir da qual atue a cópia. Dessa forma, *dedera* constitui um caso de reduplicação, visto que a base – *mamadeira* – é depreendida sincronicamente;
- (b) o produto deve ser uma forma que apresente função lexical (BASÍLIO, 1987) ou função expressiva, como ocorre em ‘*corre-corre*’, que denomina um evento, e em ‘*Fafá*’, hipocorístico do antropônimo *Fátima*, marcado pela afetividade;
- (c) a forma reduplicada não pode apresentar valor onomatopaico, como ‘*tique-taque*’, ‘*auau*’, entre outros.

Estabelecida uma definição específica sobre o processo, deve-se ressaltar que, de acordo com Vialli (2009), a reduplicação ocorre, em português, de quatro maneiras distintas: (a) no início de palavra (*papai, titia*); (b) no final de palavra (*chororô, bololô*); (c) de base verbal (*corre-corre, pega-pega*); e (d) reduplicação no *baby-talk* (*pepeta, cocoto*).

É importante comentar que dados como ‘*Fafá*’ e ‘*Dedé*’ são hipocorísticos que passam pelo processo de reduplicação e, por isso, serão discutidos na próxima seção deste artigo, sobre os fenômenos da hipocorização e do truncamento. No caso de ‘*Fafá*’, hipocorístico de ‘*Fátima*’, a reduplicação ocorreu à esquerda do antropônimo e, em ‘*Dedé*’, hipocorístico de ‘*André*’, o processo se deu à direita do antropônimo. A reduplicação proveniente de hipocorísticos, do ponto de vista semântico, não deve ser vista como processo que forma nova unidade lexical, já que hipocorísticos e antropônimos distinguem-se unicamente quanto ao valor estilístico/contextual, funcionando, na verdade, como sinônimos (GONÇALVES, 2004).

## ***2.2. Morfologia subtrativa – os processos de hipocorização e de truncamento***

Os fenômenos do português que se incluem no rótulo de subtrativos são a hipocorização e o truncamento. O primeiro restringe-se ao encurta-

mento de antropônimos, com finalidade afetiva, como vemos em ‘Leonardo’ > ‘Léo’ ou ‘Francisco’ > ‘Chico’; o segundo atua em substantivos comuns para atribuir um valor quase sempre pejorativo ao termo (SANTOS, 2002), como em ‘vagabunda’ > ‘vagaba’, ou mesmo para transmitir uma “*marca do locutor sobre o enunciado ligado a contextos informais, independente dos laços de afetividade existentes na relação entre falante e interlocutor*” (BELCHOR, 2009, p. 161), como em ‘refrigerante’ > ‘refri’.

A razão para que esses dois fenômenos estejam atrelados à nomenclatura “subtrativos” diz respeito à perda de segmentos fônicos com o propósito de que um novo significado seja veiculado na língua, ainda que cada uso revele objetivos pragmáticos distintos, o que faz com seja necessária a descrição desses processos como dois tipos diferentes de encurtamento, conforme veremos nas subseções a seguir.

### 2.2.1. *Hipocorização e seus padrões de formação*

A hipocorização foi estudada por alguns autores, como Monteiro (1983), Silva & Silva (2000) e Brito (2003), e citado por gramáticos normativos, como Cunha & Cintra (2001) e Rocha Lima (2003).

Monteiro (1983), que desenvolveu o primeiro trabalho acerca do fenômeno, definiu hipocorístico como “*uma alteração do prenome ou nome próprio individual*”, a exemplo do ocorre em ‘Francisca’ > ‘Chica’, ‘Fran’, ‘Chiquinha’, ‘Chicuta’, ‘Bita’, ‘Cisca’, ‘Tisca’, ‘Chirica’, ‘Quica’, ‘Vandica’, ‘Quiquinha’ e ‘Quita’ (MONTEIRO, 1999).

Pode-se notar, a partir da definição e dos dados apresentados por Lemos Monteiro, que a hipocorização é, na verdade, para ele, uma estrutura linguística afetiva que caracteriza alguma mudança no prenome. Dessa forma, qualquer dado que seja proposto pelo falante, em contexto afetivo, e que tenha uma relação, mesmo opaca, com o antropônimo, é um hipocorístico.

Seguindo a mesma linha de Monteiro, Silva & Silva (2000) e Brito (2003) admitem que o hipocorístico é uma forma linguística que traduz a intenção de carinho. Sendo assim, as autoras entendem o fenômeno da hipocorização como formações oriundas de contextos afetivos. Essa perspectiva acerca dos hipocorísticos corrobora a visão de que processos não-concatenativos de formação de palavras são os “mal-comportados” (SPENCER, 1991), uma vez que, além de não serem formados pelo acréscimo de formativos, não apresentariam regularidade, pois toda estrutura

linguística originária de contexto afetivo seria um hipocorístico, independentemente de sua relação com a palavra-base.

Para Gonçalves (2004), ao contrário do que propõem os autores citados anteriormente, a hipocorização é um processo de formação de palavras que se caracteriza pela redução de nomes próprios; com isso, estruturas hipocorísticas constituem-se estritamente pela perda de material fônico e, portanto, dados de morfologia linear não são relevantes para a análise, a não ser pela identificação da base a que se adjungem. A redução, contudo, não deve ocorrer de modo a tornar o hipocorístico uma forma linguística opaca, já que é necessária uma relação de identidade entre o prenome e seu encurtamento correspondente.

Dessa forma, a análise de Gonçalves (*op.cit.*), também adotada por Lima (2004, 2007 e 2008), Thami da Silva (2004, 2006 e 2008) e Gonçalves, Lima & Thami da Silva (2009), sustenta que a hipocorização seja, então, um processo não-linear de formação de palavras, diferentemente dos demais autores que abordaram o fenômeno, já que estes consideram estruturas compostas por encadeamento de formativos hipocorísticas e, também, algumas formações opacas, que, portanto, não possibilitam uma relação nítida de identidade entre a forma encurtada e o antropônimo correspondente.

Partindo da definição de hipocorização como um processo não-concatenativo de formação de palavras, há cinco padrões básicos de encurtamentos, propostos por Gonçalves (*op.cit.*), conforme mostrado em (05), a seguir:

(05)

Tipos de Hipocorísticos				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
'Francisco' > 'Chíco'	'Cristina' > 'Crís'	'Tereza' > 'Teté' e 'Tê'	'Barnabé' > 'Bebé' e 'Bé'	'Maria Luiza' > 'Malú'
'Murilo' > 'Lílo'	'Mariana' > 'Mári'	'Fernanda' > 'Fefê' e 'Fê'	'Isabel' > 'Bebél' e 'Bél'	'João Carlos' > 'Jóca'
'Marilena' > 'Lêna'	'Rafael' > 'Ráfa'	'Joana' > 'Jojô' e 'Jô'	'Nicolau' > 'Laláu' e 'Láu'	'Carlos Eduardo' > 'Cadú'

(Extraído de THAMI DA SILVA, 2008)

O tipo (A), estudado por Gonçalves (2004), caracteriza-se pela cópia dos segmentos melódicos à direita da palavra prosódica, como em

‘Francisco’ > ‘Chíco’<sup>3</sup>. O padrão (B), analisado por Thami da Silva (2004 e 2008), copia os segmentos à esquerda da palavra prosódica, a exemplo do que ocorre em ‘Cristina’ > ‘Crís’. O tipo (C), descrito por Thami da Silva (2006 e 2008), rastreia a primeira sílaba com *onset* do antropônimo, sendo esta passível ou não de reduplicação, como ocorre em ‘Alessandra’ > ‘Lelê’ e ‘Lê’. O tipo (D), abordado por Lima (2007 e 2008), copia a sílaba tônica do antropônimo, podendo esta ser acrescida de reduplicante, como em ‘Barnabé’ > ‘Bebé’ e ‘Bé’. Por último, o padrão (E), também descrito por Lima (2004 e 2008), forma-se a partir do cruzamento em antropônimos compostos.

Todos os padrões de hipocorização apresentados por Gonçalves (*op.cit.*) apresentam traços em comum. O primeiro diz respeito à natureza do hipocorístico, considerando que a hipocorização, ao contrário do que postulam autores como Benua (1995), difere do truncamento por estar restrita a antropônimos. Desse modo, observa-se que, em todos os cinco tipos de hipocorísticos apresentados em (05), as formações constroem-se com base estritamente em prenomes e, além disso, os encurtamentos caracterizam-se, necessariamente, pela afetividade, o que mais uma vez reforça a diferença entre a hipocorização e o truncamento, marcado, sobretudo, pela pejoratividade.

Um segundo ponto comum refere-se à natureza estrutural do hipocorístico. De um lado, a delimitação de padrões de formação confere ao processo um caráter regular, diferentemente do que postulam autores como Sandmann (1990), posto que o tamanho da palavra prosódica resultante nunca ultrapassa um pé binário, isto é, um pé composto por até duas sílabas. De outro, cada padrão apresenta características específicas, o que faz com que haja peculiaridades em cada formação, como é o caso, por exemplo, do tipo (A) em que o aproveitamento do material segmental mais à direita leva à necessidade de diferenciá-lo de formas que sempre rastreamos os segmentos mais à esquerda da palavra-matriz, como ocorre em ‘Rafael’ > ‘Ráfa’.

Sendo assim, o que se deve ter em conta, diferentemente do que postulam Monteiro (1983), Silva & Silva (2000) e Brito (2003), é que os hipocorísticos formam-se estritamente a partir do encurtamento de um pre-

---

<sup>3</sup> Utilizamos o acento agudo sobre as vogais dos hipocorísticos para indicar a localização das sílabas tônicas. Nos casos em que o timbre é fechado, empregamos o acento circunflexo.

nome; logo, essas formações exigem a perda de material fonológico da forma subjacente, o que garante a relação entre morfologia e fonologia. Desse modo, formas opacas não devem ser consideradas hipocorísticas, visto que não há identidade entre o prenome e sua forma encurtada, o que acarreta a formação de um apelido e não de um hipocorístico, a exemplo do que ocorre com dados como ‘Francisca’ > ‘Chirica’ e ‘Vandica’ (MONTEIRO, 1999).

### 2.2.2. *Truncamento e seus padrões de formação*

Na tradição gramatical, dados como ‘português’ > ‘portuga’ ou ‘motocicleta’ > ‘moto’ incluem-se no rótulo “abreviação vocabular”. Nesse item, autores, como Cunha & Cintra (2001), explicitam que, devido ao “*ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias*”, *acabamos por ser obrigados a fazer uso de uma “elocução mais rápida”, de modo que, para “economizar tempo e palavra”* (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 116), utilizamos algumas reduções linguísticas, como, por exemplo, ‘moto’ em lugar de ‘motocicleta’ e ‘auto’, em vez de ‘automóvel’.

Deve-se ressaltar, entretanto, que o uso da nomenclatura “abreviação”, por parte dos prescritivistas, faz com que se aproximem dados como ‘sr.’ para ‘senhor’ e formas encurtadas, a exemplo de ‘refrigerante’ > ‘refri’. O que se observa, na verdade, é que uma real abreviação linguística não respeita a formação de constituintes prosódicos, como a sílaba, por exemplo. O truncamento, ao contrário, mantém parte da sequência fônica da base. Por não observarem diferença entre dados reais de abreviação e processos de encurtamento, os gramáticos consideram as “abreviações vocabulares” assistemáticas do ponto de vista formal, uma vez que abrangem dados que não apresentam características afins e, portanto, para esses autores, não é possível determinar padrões de formação para os “outros processos de formação de palavras” (ROCHA LIMA, 2003).

Outra abordagem acerca do fenômeno ora em discussão é a de Monteiro (2002). De acordo com o autor, o que denominamos truncamento assume a nomenclatura braquissesmia. Para Monteiro, o processo consiste no emprego de parte de uma palavra pelo todo, considerando, para tanto, que a forma encurtada valha semanticamente pelo vocábulo inteiro, a exemplo do que ocorre em ‘exposição’ > ‘expô’. O autor afirma, ainda, que a braquissesmia assemelha-se ao processo de siglagem, já que “*consiste na combinação de sílabas ou fonemas extraídos dos elementos de um nome composto ou de uma expressão*” (*op.cit.*, p. 175).

É notório que Monteiro não percebe que o truncamento, ao contrário da siglagem, compõe-se de uma sequência fônica condicionada à cópia do material à esquerda da palavra-base, ou seja, enquanto, na siglagem, utiliza-se a “*combinação de iniciais de um nome composto ou de uma expressão*” (GONÇALVES, 2004), como em PT (Partido dos Trabalhadores), no truncamento, há um mapeamento de uma sequência fonológica, que pode ser, por exemplo, um pé binário à esquerda, como em ‘bicicleta’ > ‘bici’. Dessa forma, comprova-se que o que está em jogo na formação de estruturas truncadas são constituintes prosódicos, como o pé, e não apenas “*fonemas extraídos dos elementos de um nome composto ou de uma expressão*” (MONTEIRO, 2002, p. 175).

Observando regularidades nas formações ‘exposição’ > ‘expô’ e ‘refrigerante’ > ‘refri’, Gonçalves (2004b) e Belchor (2008 e 2009) definem truncamento como “*um fenômeno que envolve a diminuição no corpo fônico da palavra-matriz*” (BELCHOR, 2009). Assim como a hipocorização, esse processo pressupõe a perda da material fonológico da palavra-base; entretanto, conforme visto anteriormente, a hipocorização restringe-se a reduções de antropônimos com finalidade afetiva, ao passo que o truncamento atua em substantivos comuns, de modo a conferir ao termo valor pejorativo, como em ‘japonês’ > ‘jápa’, ou maior grau de informalidade, como ‘motorista’ > ‘motô’.

À semelhança da hipocorização, o truncamento também subdivide-se em três padrões de formação, conforme se vê no quadro em (06), a seguir:

(06)

<b>Tipos de Truncamento</b>		
(A)	(B)	(C)
‘delegado’ > ‘deléga’	‘bijuteria’ > ‘bijú’	‘fonoaudiologia’ > ‘fôno’
‘neurose’ > ‘nêura’	‘visual’ > ‘visú’	‘quilograma’ > ‘quílo’
‘confiança’ > ‘cônfa’	‘depressão’ > ‘deprê’	‘oftalmologista’ > ‘oftálmo’

O tipo (A), descrito por Gonçalves & Vazquez (2004) e Gonçalves (no prelo), preserva o radical da palavra-matriz e este, posteriormente, recebe o acréscimo de uma vogal de truncamento, [-a], que nem sempre aparece na base. O padrão (B), estudado por Belchor (2008, 2009) rastreia

a margem esquerda da palavra-base e compõe-se, por sua vez, de até um pé binário, cujo acento recai à direita no encurtamento. O padrão (C), também analisado por Belchor (2008, 2009), forma-se a partir da manutenção do morfema à esquerda da base.

Dessa forma, pode-se afirmar que, no truncamento, ainda que cada padrão tenha particularidades inerentes à sua formação, os produtos respeitam sempre (a) o margeamento à esquerda da base; (b) o tamanho da palavra prosódica, que não ultrapassa a formação de um pé, mesmo que com uma sílaba desgarrada; e, por último, (c) a função discursiva dos dados que, por sua vez, apontam para um maior grau de informalidade e até pejoratividade. Com isso, ratifica-se que, além de “bem-comportado”, o truncamento é mais bem analisado com base em uma morfologia de interface, pautada, portanto, na interação em os níveis morfológico e prosódico.

### **2.3. Processos de fusão lexical – o cruzamento vocabular e a siglagem**

Os fenômenos cruzamento vocabular e siglagem, semelhantes entre si, distinguem-se dos que já foram apresentados neste trabalho por envolverem rastreamento de mais de uma base. No cruzamento vocabular, uma parte da palavra 1 é fundida a uma parte da palavra 2, resultando numa terceira forma. A siglagem também faz uso de mais uma palavra-matriz, mas há maior distanciamento entre base e produto. É isso que demonstraremos a seguir.

#### **2.3.1. Cruzamento vocabular**

Também chamado de *blend* (GONÇALVES, 2004), palavra-valise (ALVES, 1990), mistura (SÂNDALO, 2005), amálgama (AZEREDO, 2000; MONTEIRO, 2002), fusão vocabular (BASÍLIO, 2005) e *portmanteau* (PIÑEROS, 2002; ARAÚJO, 2000), o cruzamento vocabular (CV) consiste na junção de duas bases já existentes na língua, como ocorre em ‘chafé’ (*chá + café*) e ‘apertamento’ (*apartamento + aperto*). Independente da denominação, ocorre um CV quando duas palavras fundem-se num todo fonético, com acento único, à semelhança de um composto constituído por aglutinação, mas sem perder, no entanto, os traços semânticos das formas de base que lhes originaram.

Conforme Andrade (2009), assumimos, neste trabalho, que os CVs apresentam três tipos distintos de formação: tipo 1 – por interposição (ou

entranhamento ou impregnação lexical); tipo 2 – por combinação truncada; e tipo 3 – por substituição sublexical (ou reanálise ou analogia).

Os CVs constituídos pelo primeiro tipo são, nas palavras de Andrade (2009: 194),

*resultantes da interposição de duas bases que compartilham material fonológico, sejam sílabas, rimas ou até mesmo porções fônicas sem status próprio, as quais se fundem de tal modo que estabelecem, no nível da forma cruzada, relações de correspondência de um-para-muitos entre os constituintes das formas de base e da forma resultante. A maior ou menor quantidade de material compartilhado está diretamente relacionada ao grau de semelhança fônica entre as palavras-fonte.*

Exemplos desse processo são ‘burrocracia’ (*burro* + *burocracia*), ‘namorido’ (*namorado* + *marido*) etc.

Os cruzamentos por combinação truncada, segundo tipo apontado acima, não envolvem necessariamente compartilhamento de material fonológico e, por isso, assemelham-se, bem mais que o padrão anterior, à composição. Como exemplos, podemos citar ‘selemengo’ (*seleção* + *flamengo*) e ‘forrogode’ (*forró* + *pagode*). No primeiro exemplo, como as formas de base são idênticas metricamente, há fragmentação em ambas; no segundo exemplo, já que não há semelhança métrica entre as formas de base, a maior é truncada e a menor se alia integralmente à maior.

O terceiro tipo de CV apontado – substituição sublexical (ou analogia ou reanálise) – pode ser definido como a reinterpretação e substituição da sequência de uma dada palavra. Nas substituições sublexicais, um fragmento da base passa à condição de morfema, como acontece em ‘boacumba’, em que a primeira parte da palavra é reanalisada, como se tivesse um elemento comum ao adjetivo *má*, podendo, dessa forma, ser oposta ao adjetivo *boa*. Tem-se, assim, a formação analógica ‘boacumba’ para nomear uma “macumba feita para o bem”. Deve-se ressaltar que esse tipo de formação nem sempre é considerado um CV (GONÇALVES, ANDRADE & ALMEIDA, no prelo), visto que envolve apenas uma forma de base, ou seja, o produto não é resultado da fusão de duas



palavras morfológicas. Embora esse tipo de construção envolva apenas uma palavra-matriz, a forma gerada constitui-se sempre de duas formas livres na língua.

De acordo com Silveira (2002), o CV, na grande maioria dos casos, evidencia o ponto de vista do emissor em relação ao objeto do enunciado, como em ‘tristemunho’ (*testemunho + triste*), que expressa a opinião do falante sobre o testemunho, considerado difícil, custoso. A pejoratividade é o caso por excelência da expressão subjetiva do falante (BASÍLIO, 1987). No entanto, ao lado da grande maioria dos CVs que revelam atitude depreciativa do emissor, como ocorre em ‘crilouro’ (negro que se faz passar por louro, tingindo os cabelos), ‘mautorista’ (motorista que dirige mal) e ‘vagaranha’ (prostituta em excesso), encontram-se também formações neutras, como em ‘toboágua’ (*tobogã + água*), e formações que evidenciam atitude positiva, como ‘chocolícia’ (*chocolate + delícia*).

Além de apresentar função discursiva, o CV também pode ser usado para formar novas unidades lexicais, a exemplo do que ocorre com as já dicionarizadas ‘sacolé’ (um tipo especial de picolé, em forma de saco) e ‘portunhol’ (mistura de português com espanhol). Assim, nas palavras de Gonçalves (2004: 14), “*esse tipo de processo, ao contrário do truncamento e da hipocorização, também apresenta função lexical, servindo para rotular e/ou caracterizar seres, eventos ou estados*”.

Embora os limites entre composição e CV sejam tênues, ainda mais quando se diferencia justaposição de aglutinação, Andrade (2009), retomando Villalva (2000), assume que compostos aglutinados são improdutivos e, portanto, não devem ser levados em conta nesta análise. Dessa maneira, assumimos, com Andrade (*op. cit.*), que composição e CV são processos distintos, já que, enquanto o cruzamento origina uma única palavra prosódica, com apenas um acento, a composição regular gera palavras prosódicas complexas, ou seja, com dois acentos lexicais, como ocorre em ‘guarda-chuva’ e ‘sofá-cama’.

Como procuramos demonstrar, condições prosódicas devem ser satisfeitas no molde dos CVs, de forma que o processo não é arbitrário, mas regido, sobretudo, pela semelhança fônica entre as bases. Nas palavras de Gonçalves (2004: 14), “*a sistematicidade dessa operação só pode ser observada na interação Morfologia-Prosódia, o que difere mesclagem de composição, fazendo do primeiro uma operação circunscritiva e do segundo um processo aglutinativo*”.

### 2.3.2. Siglagem

De acordo com Abreu (2009), existem dois tipos de siglas: a sigla que forma um *acrônimo* e a sigla que forma um *alfabetismo*. Dessa forma, segundo a autora, *acrônimo* é a sigla cuja sequência de letras consoantes e letras vogais exhibe padrão silábico do português e permite, assim, a pronúncia de uma palavra normal (BOPE, por exemplo). *Alfabetismo* é a sigla cuja sequência de letras consoantes não permite que surja uma estrutura possível de ser pronunciada em português, o que leva à pronúncia letra a letra, ou seja, soletrada (CNPq, por exemplo).

A siglagem, enquanto processo de formação de palavras, foi tratada por alguns autores, como Sandmann (1990), Alves (1990), Rocha (1998) e Gonçalves (2004), e apenas citada por gramáticos, como Cunha (1985) e Rocha Lima (2003). Apenas Abreu (2004; 2009) aprofundou-se de fato no processo em questão, numa abordagem através da Psicolinguística.

Sandmann (1990) trata dos acrônimos (o autor só utiliza esse termo, não fazendo referência à palavra sigla) e afirma que essas formações são palavras. Alves (1990) defende que as siglas se enquadram na classe dos nomes, sofrem flexão e têm a propriedade de derivar novos itens lexicais. Rocha (1998), expondo outros processos de formação de palavras, fala de *derivação siglada* ou *acronímia* e defende que as derivações sigladas são consideradas palavras da língua.

Gonçalves (2004) afirma que o processo da siglagem consiste na combinação das iniciais de um nome composto ou de uma expressão. Os dados de (07) revelam que o segmento inicial pode ser um som ou uma sílaba:

(07)

CUT (Central Única dos Trabalhadores)
BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro)
EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações)
CDF (Cabeça de Ferro)

A maior parte dos teóricos postula que, uma vez criadas e difundidas, as siglas podem passar a ter autonomia em relação ao sintagma que lhes deu origem. Muitas vezes, o falante, mesmo conhecendo o significado da sigla, não consegue rastrear a expressão original, analisando-a como

palavra primitiva. Cunha (1985: 131) afirma que “*uma vez criada e vulgarizada, a sigla passa a ser sentida como uma palavra primitiva, capaz, portanto, de formar derivados: pedessista, peemedebista, petebista, etc*”.

A possibilidade de anexação de afixos às siglas, de acordo com Gonçalves (*op. cit.*), comprova que a siglagem é um processo em que predomina a função lexical. Ainda segundo o autor, o fenômeno é um processo de fusão cujo produto tem a finalidade de nomear uma nova entidade, o que favorece a lexicalização, confirmando sua função lexical.

Os processos do cruzamento vocabular e da siglagem, semelhantes entre si, distinguem-se dos demais por envolverem rastreamento de mais de uma base e, por isso, foram estudados, neste trabalho, como processos de fusão, seguindo a proposta de Gonçalves (*op. cit.*). No caso do cruzamento vocabular, uma parte da palavra 1 é fundida com uma parte da palavra 2, resultando numa terceira forma, cujo conteúdo pode ser compreendido pela adição dos conteúdos parciais (‘tristemunho’ = testemunho triste, penoso). A siglagem também faz uso de mais de uma palavra-matriz, no entanto há maior distanciamento entre a base e a forma final, de modo que os falantes, muitas vezes, não conseguem recuperar a expressão de onde vem a sigla.

Cruzamentos vocabulares e siglas podem ser interpretados, de acordo com Gonçalves (*op. cit.*), como casos de composição, já que, pelo menos, duas bases participam de sua formação, apesar de os cruzamentos operarem com, no máximo, duas palavras-matrizes (‘craquético’ = *craque* + *caquético*), e as siglas com um número que tende a ser superior a dois (‘UFRJ’ = *Universidade Federal do Rio de Janeiro*). Cruzamentos vocabulares e siglas caracterizam-se pelo aproveitamento de, pelo menos, duas bases, entretanto utilizam apenas fragmentos delas, ao contrário da composição, o que nos leva a constatar que não ocorre concatenação estrita.

### **Palavras finais**

Como se pode verificar neste artigo, a morfologia não é um nível gramatical estanque e dissociado dos demais; ao contrário, através de interação entre fonologia e morfologia, fenômenos produtivos

do português que, antes, eram considerados idiossincrasias na língua, passam a ser descritos segundo características afins e seus respectivos padrões de formação, como ilustrado na descrição dos processos de reduplicação, hipocorização, truncamento, cruzamento vocabular e siglagem.

### Referências

ABREU, K. N. M. de. *Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil: a formação de siglas e de acrônimos*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2004.

ABREU, K. N. M. de. *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009.

ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.

ANDRADE, K. E. *Uma análise otimalista unificada para a mesclas lexicais do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2008.

ANDRADE, K. E. *Entranhamento lexical, combinação truncada e analogia: estudo otimalista sobre padrões de cruzamento vocabular*. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre *et alii*. (Org.). *Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 193-217.

ARAÚJO, G. A. Morfologia não-concatenativa: os portmanteaus. *CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*. Campinas, n. 39, 2000.

AZEREDO, J. C. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASILIO, M. A fusão vocabular como processo de formação de palavras. *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*, 2005.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELCHOR, A. P. V. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da teoria da Otimalidade*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2008.

BELCHOR, A. P. V. *Análise estrutural do truncamento com os instrumentos da teoria da correspondência*. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre *et alii*. (Org.). *Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 153-173.

BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (ed.). *Papers in Optimality Theory*, Massachusetts, 18 (1): 77-136, 1995.

BRITO, C. *Hipocorístico: um identificador ou apenas um tratamento carinhoso?*, 2003. Disponível em: [www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html](http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html)

CUNHA, C. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREITAS, H. R. *Princípios de morfologia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

GONÇALVES, C. A. (no prelo). Construções truncadas no português do Brasil: das abordagens tradicionais à análise por *ranking* de restrições. In: COLLISCHONN, G. & BATISTI, E. (orgs.). *Estudos da Linguagem. Perspectivas de investigação*. Porto Alegre: EdPucrs.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. (no prelo). Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português. *Linguística*. Rio de Janeiro; UFRJ.

GONÇALVES, C. A. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa* (ILCSE/UNESP), Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004.

GONÇALVES, C. A. Condições de minimalidade no molde da Hipocorização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 10-32, 2004.

GONÇALVES, C. A. Relações de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 75-119, 2005.

GONÇALVES, C. A. *Enfoques sobre a alomorfia: do estruturalismo à Teoria da Otimidade*. Neste volume.

GONÇALVES, C. A., LIMA, B. C. & THAMI DA SILVA, H. A hipocorização no português do Brasil: análise por padrões gerais de formação. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre *et alii*. (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 115-151.

JENSEN, J. *Morphology: word structure in generative grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LAROCA, M. N. C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1994.

LIMA, B. C. Processos não-concatenativos do português: hipocorização de antropônimos compostos. In: VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2004, Rio de Janeiro. *Questões de Morfossintaxe*. Rio de Janeiro : CiFEFil, 2004. v. VIII, n. 14, p. 177-185.

LIMA, B. C. Hipocorização com reduplicação: um enfoque otimalista para o padrão de cópia dos segmentos à direita. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Edição especial n. 1, 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

LIMA, B. C. *A formação de ‘Dedé’ e ‘Malu’: uma análise otimalista de dois padrões de Hipocorização*. Dissertação (Mestrado em Letras (Letras Vernáculas)), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO, J. L. Processos de formação dos hipocorísticos. *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*. Fortaleza, 4:79-110, 1983.

- MONTEIRO, J. L. *Dicionário de hipocorísticos*. Disponível em: [www.geocities.com/Paris/cathedral/1036](http://www.geocities.com/Paris/cathedral/1036), 1999.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. Ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- PIÑEROS, C. E. *The creation of portmanteaus in the extragrammatical morphology of spanish*. University of Iowa, 2002.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- SÂNDALO, M. F. S. Morfologia. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. 5. Ed. São Paulo: Cortez, p. 181-206, 2005.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1990.
- SAPIR, E. *An introduction to linguistics*. Dordrecht: Foris, 1943.
- SILVA, A. V. T. da & SILVA, A. J. D. O processo de formação de palavras dos hipocorísticos derivados de antropônimos. *Ao pé da letra*. V. 2, p. 1-7, 2000.
- SILVEIRA, C. M. G. F. *Cruzamento vocabular em português: acaso ou processo?* Rio de Janeiro, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, UFRJ.
- SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Brasil Blackwell, 1991.
- THAMI DA SILVA, H. *Hipocorização no português: o padrão de cópia dos segmentos à esquerda*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2008.
- THAMI DA SILVA, H. *Hipocorização no Português – o padrão de cópia dos segmentos à esquerda*, 2004. Questões de morfossintaxe –

Vol. VIII, n°.: 14 (VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia/I Congresso Internacional de Linguística e Filologia): CiFEFil (Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos), 2004.

THAMI DA SILVA, H. *O tratamento Otimalista de um padrão variável de Hipocorização: a cópia dos segmentos à esquerda*, 2006. Disponível em: [www.filologia.org.br/cluerj%Dsg/anais/ii/mesa11.htm](http://www.filologia.org.br/cluerj%Dsg/anais/ii/mesa11.htm)

VIALLI, L. A. D. *A reduplicação no baby-talk: uma análise pela morfologia prosódica*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2008.

VIALLI, L. A. D. A reduplicação em língua portuguesa: análise do *baby-talk*. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre *et alii*. (Org.). Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 173-193.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.